

CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ATA DA II REUNIÃO PLENÁRIA

Realizou-se em Brasília, DF, no dia 17/12/98, no Palácio do Planalto, a segunda Reunião Plenária do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT. Presidida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, também Presidente do Conselho, a Reunião contou com a presença dos seguintes membros natos: Conselheiro José Israel Vargas, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia (Secretário do CCT), Conselheiro Ronaldo Mota Sardemberg, Secretário de Assuntos Estratégicos, Conselheiro Benedito Onofre Bezerra Leonel, Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Conselheiro Paulo de Tarso Almeida Paiva, Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento e Conselheiro Sebastião do Rego Barros Netto, Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores. Dentre os membros nomeados (representantes e usuários de C&T) estiveram presentes os seguintes titulares: Conselheiro José Ephim Mindlin, Conselheiro Eduardo Moacyr Krieger, Conselheiro Luciano Martins de Almeida, Conselheiro Sérgio Henrique Ferreira e Conselheiro Paulo Haddad. Dentre os suplentes compareceram: Conselheiro Ozires Silva, Conselheiro Osvaldo Douat, Conselheiro Fernando Galembeck, Conselheiro Carlos José Pereira de Lucena, Conselheiro Cid Bartolomeu Araújo, Conselheiro Cláudio Miguel Barreto Viana e Conselheiro Guilherme Emrich.

Após breve pronunciamento de abertura feito pelo Senhor Presidente da República e a apresentação da Pauta da Reunião pelo Secretário do CCT, Conselheiro José Israel Vargas, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, tiveram início os relatos das Comissões temáticas do CCT.

Falou inicialmente o Conselheiro José Ephim Mindlin, presidente da Comissão de Prospectiva, Informação e Cooperação Internacional - CPICI, oportunidade em que mencionou a originalidade do formato do CCT em relação a conselhos anteriores e destacou três projetos, pela dimensão e importância que tiveram, e terão, para a fundamentação das futuras propostas de políticas de C&T. Referiu-se, em primeiro lugar, ao estudo sobre a "Situação Atual da C&T", coordenado pelo Conselheiro Eduardo Krieger e pelo próprio Conselheiro Mindlin. Em seguida, ao "Estudo Prospectivo de C&T", ora em fase de contratação e cuja proposta foi da autoria do Conselheiro Luciano Martins. Finalmente, ao trabalho sobre a "Sociedade da Informação no Brasil", de autoria do Conselheiro Carlos Lucena e por ele conduzido. Com relação ao primeiro dos três projetos procurou apontar, de forma resumida e seletiva, os pontos frágeis do atual desenvolvimento da C&T no Brasil. Dentre estes pontos ressaltou os seguintes aspectos: 1) a questão dos recursos financeiros, crescentes, mas ainda insuficientes; 2) a questão referente aos recursos humanos onde evidenciou-se a fragilidade do País na apropriação do conhecimento à produção; 3) a questão da fraca interação entre os agentes do chamado sistema de C&T com o restante da sociedade; e 4) a questão relativa à insuficiente capacidade de inovação da empresa brasileira, questão esta que, em seu entender, resume

as demais, pela importância e dimensão que assume no quadro atual do País. Informou, ainda que, além destes três projetos, a CPICI realizou um levantamento sobre as bolsas de estudo no exterior, financiadas por agências brasileiras (CNPq e CAPES) e está concluindo trabalho sugerido pelo Conselheiro Ozires Silva, denominado “urgências tecnológicas para o desenvolvimento brasileiro”.

Em seguida, a palavra foi facultada ao Conselheiro Luciano Martins para que este apresentasse o relato sobre o segundo dos três projetos. Em sua apresentação, o Conselheiro Luciano Martins ressaltou o fato de que o “Estudo Prospectivo de C&T” será, na forma proposta, o primeiro realizado no Brasil. O propósito deste estudo é o de identificar as tecnologias-chaves adequadas e necessárias à sustentação do desenvolvimento e ao aumento da competitividade do País, tendo em vista os avanços prováveis nos campos de ciência e tecnologia em plano internacional nos próximos dez anos. De acordo com seu relato o projeto fornecerá subsídios para avaliar a atual capacidade existente no País para absorver e acompanhar os avanços científicos e tecnológicos mundiais. A expectativa é de que tal estudo forneça também subsídios para reavaliar a política de ciência e tecnologia existente no País, de forma a aferir seu grau de adequação à absorção e fomento de tecnologias-chaves.

O terceiro projeto da CPICI, “Sociedade da Informação no Brasil”, foi objeto de relato feito pelo Conselheiro Guilherme Emrich que destacou, entre outras características do projeto: 1) é um projeto para toda a sociedade e, como tal, ultrapassa os limites da Ciência e Tecnologia e 2) é um processo, na medida em que sua construção dependerá muito da interação que ocorrer nos vários setores da sociedade. Chamou atenção para a importância da participação do governo e seu papel compensador visto que, nesta área, as forças de mercado *per si* não promovem soluções necessárias e socialmente justas. Além disto, os requisitos tecnológicos de uma infra-estrutura de redes adequada para educação, pesquisa e desenvolvimento são mais exigentes que aqueles necessários ao suporte de atividades comerciais clássicas, em geral supridas naturalmente pelo mercado.

Dando seqüência à Reunião, a palavra foi transferida ao Conselheiro Osvaldo Douat que apresentou o Relatório de Atividades da Comissão de Desenvolvimento Regional - CDR. O Conselheiro Douat conferiu ênfase especial ao trabalho “Eixos de Desenvolvimento, Necessidades e Prioridades Futuras de C&T e Recursos Humanos para a Competitividade e o Desenvolvimento Regional” que vem sendo desenvolvido pela CDR, com o patrocínio da Confederação Nacional da Indústria - CNI, para a implementação do projeto piloto sobre o Eixo Costeiro do Nordeste. O projeto aborda o desenvolvimento regional, através da avaliação das interfaces entre “Eixos de Integração” e os “Projetos Estratégicos” do Programa Brasil em Ação e pretende formular - para cada Eixo - cenários sócioeconômicos que levem em conta as suas potencialidades e tendências endógenas, identificando as cadeias produtivas dinâmicas e emergentes, a partir das quais são definidas as necessidades e prioridades futuras de C&T e de recursos humanos.

Após estes relatos o Secretário do CCT, Conselheiro José Israel Vargas, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, chamou atenção para o fato de que as atividades apresentadas estão em andamento, mas já apresentam substância que permite avaliar melhor a política brasileira de C&T e, sobretudo, propor ações imediatas e futuras. Neste sentido, demonstrou como o estudo “Situação Atual da C&T” repercutiu internamente no MCT, estimulando ajustes nos documentos oficiais de indicadores e nas próprias

estatísticas. Com base neste Estudo foi determinada uma análise agregada das ações e programas do MCT, identificando-os dentro de um conjunto de cinco objetivos: 1) melhorar a competitividade da empresa brasileira; 2) promover o desenvolvimento social e regional; 3) promover o gerenciamento de ecossistemas e uso sustentável dos recursos naturais; 4) capacitar o país para as tecnologias portadoras de futuro; e 5) elevar a capacitação científica e tecnológica do país. Estes objetivos encontram-se, agora, mais concentrados do que quando apresentados no PPA-96/99, visto que a idéia consiste em tentar, por meio de algumas agregações possíveis, visualizar melhor os investimentos federais buscando, ao mesmo tempo, otimizá-los. Após detalhar aspectos de cada um dos cinco objetivos, o Ministro Vargas conclui afirmando que a missão do setor governamental de apoio à C&T é desenvolver, na sociedade brasileira, a inovação e inventividade. Nesta década, implantou-se, finalmente, alguns instrumentos eficazes para que esta gigantesca tarefa se realizasse e exemplificou com o estabelecimento da Lei de Propriedade Intelectual e as Leis de Incentivo Fiscal, realçando os resultados surpreendentes obtidos com estas últimas.

Encerrando a Reunião o Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, fez uso da palavra para comentar os relatórios apresentados. Disse que o trabalho inicial do CCT confirma o acerto de sua criação, porquanto tem se mostrado um instrumento de desenvolvimento do País, articulando a base de geração e uso do conhecimento científico e tecnológico ao processo produtivo brasileiro. Afirmou ainda que, as atividades já realizadas e as que estão em andamento no CCT consolidam a proposta inicial que fundamentou sua criação e justificam sua existência. Manifestou-se favoravelmente à perspectiva de mais longo prazo que o CCT vem imprimindo às suas atividades, perspectiva esta capaz de melhor auxiliar na formulação de políticas futuras, complementada pela maior disponibilidade de informação. Expressou sua confiança de que o CCT tornar-se-á mais importante ainda nos próximos anos porque, com sua composição variada e representativa de vários setores, oferecerá os meios para que o Governo Federal aperfeiçoe a política nacional de C&T. Afirmou que a importância estratégica da C&T justifica o apoio do Governo Federal e de muitos governos estaduais ao setor e que tudo fará para que este apoio seja crescente. Desfez os boatos existentes sobre extinção e fusão de órgãos, afirmando não existir nenhuma dúvida sobre a continuidade do Ministério da Ciência e Tecnologia. Sugeriu a possibilidade de alguns ajustes e correções desde que estas sejam exigências da própria dinâmica do setor. Esta possibilidade, se vier a ocorrer, será conduzida dentro de uma concepção prudente, equilibrada e refletida que não afete de forma nociva o desenvolvimento do setor, como já ocorreu em passado muito recente. Referiu-se aos comentários do Conselheiro Mindlin sobre a importância das Leis de Incentivos (No 8.661 e No 8.248) para o desenvolvimento do sistema nacional de inovação e recomendou, mais uma vez, ao Conselheiro Paulo Paiva, Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento que reveja o assunto com a maior urgência. Afirmou que a política de C&T está correta ao querer aumentar a participação do setor privado no investimento nacional de C&T, não somente para corrigir uma histórica distorção no perfil dos gastos nacionais em C&T, mas para atender, cada vez mais, à carência de recursos imposta pela crise econômica mundial que afeta de forma dura a vida e o desenvolvimento nacional, regional e local. Manifestou sua satisfação com as atividades desenvolvidas, e em desenvolvimento pelo CCT, realçando a expectativa em

torno do Estudo Prospectivo, objeto de relato do Conselheiro Luciano Martins, e que encontra-se em fase de contratação. Concordou com as preocupações demonstradas pelo Conselheiro Guilherme Emrich, quando de seu relato sobre o projeto "Sociedade da Informação no Brasil" e, concluindo, apoiou a metodologia que vem sendo adotada pela CDR para o estudo das necessidades regionais em C&T.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente Fernando Henrique Cardoso agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Reunião.